

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.574.008 - MT (2019/0257697-1)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : FERNANDO GOELLNER
ADVOGADOS : JULIO CESAR SPERANZA JUNIOR - MT015290
DANIELA ALEXANDRINA DAS NEVES E OUTRO(S) - MT021607
AGRAVADO : CASA AGRÍCOLA GIRASSOL LTDA
ADVOGADO : EDIR BRAGA JÚNIOR E OUTRO(S) - MT004735

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. QUITAÇÃO DA DÍVIDA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPC. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7, DO STJ NA ESPÉCIE. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL

DECISÃO

FERNANDO GOELLNER (FERNANDO) opôs embargos à execução nos autos da ação de execução por quantia certa movida por CASA AGRÍCOLA GIRASSOL LTDA decorrente de contrato de compra e venda firmado entre as partes.

Os embargos foram julgados improcedentes (e-STJ, fls. 245/252).

Interposta apelação por FERNANDO, a Quarta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de Mato Grosso negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - QUITAÇÃO DA DÍVIDA - ÔNUS DA PROVA DO EMBARGANTE - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.

Ao embargante incumbe comprovar a alegada quitação da dívida estampada no título que embasa a execução, ônus do qual não se desincumbiu na hipótese (e-STJ, fl. 301).

Inconformado, FERNANDO interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação do art. 373, I do NCPC, alegando, em síntese, que a quitação do débito fora devidamente comprovada.

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do TJMT inadmitiu o apelo

Superior Tribunal de Justiça

nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 351/358).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

O Tribunal Matogrossense, após análise do conjunto fático-probatório dos autos, concluiu que não foi comprovada a quitação da dívida. Confira-se o aresto recorrido:

Nesse contexto, tem-se que o embargante/apelante não conseguiu ilidir a presunção de certeza e liquidez do título que embasa a ação de execução; enquanto que o embargado/apelado se desincumbiu do ônus que lhe competia, qual seja, a existência de dívida diversa daquela perseguida no feito executivo, o que conduz à verossimilhança de suas alegações, de que os grãos entregues serviram para a quitação do débito estampado na confissão de dívida.

Destaca-se que, é do embargante o ônus da prova do pagamento da dívida executada, o que não ocorreu na hipótese (e-STJ, fls. 306/307).

Assim, ultrapassar a conclusão a que chegou o eg. Tribunal *a quo*, demandaria nova incursão no arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, pois vedado pela Súmula 7 desta Corte: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, pois já fixados no limite legal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

